

Com reforma já Ulysses não substitui Sarney

Arquivo 9/17/87

Para líderes, não é hora de fazer reforma

Em tese, a idéia de "enxugamento do Governo" com a extinção ou fusão de ministérios, é bem aceita em todos os partidos, mas questiona-se — principalmente no PMDB — a oportunidade da realização dessas mudanças antes da definição do sistema de governo, pela Constituinte.

"Fazer isso agora é um diversionismo, é terrorismo. Mesmo tratando-se de uma idéia aceitável, em outro momento, é uma loucura fazer uma mudança dessas quando há possibilidade de adoção do sistema parlamentarista" — afirmou o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

O líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, vê na idéia de extinção dos ministérios "mais um sintoma da inconsistência do Governo e das razões menores que orientam suas ações. Mesmo assim, Brandão reconhece que seria positiva a extinção ou fusão de alguns ministérios, citando entre os que poderiam ser extintos os do Desenvolvimento Urbano e da Irrigação e, entre os agrupáveis, os atuais ministérios militares — Exército, Marinha e Aeronáutica.

Sem sentido

Essas três pastas, segundo Brandão Monteiro, deveriam dar lugar ao surgimento do "Ministério da Defesa", forma capaz, a seu ver, de atenuar a "militarização" da cúpula das Forças Armadas, com a redução, também, da influência dessa cúpula sobre o núcleo central do poder.

O presidente nacional do PDS, Jarbas Passarinho, coronel da reserva, considera difícil a concretização, no Brasil, dessa idéia de um Ministério da Defesa, observando que ela sofre resistência, principalmente, na Marinha. No geral, Passarinho também se mostra favorável a reajustamentos na máquina administrativa.

O deputado peemedebista Hélio Duque é outro que reage à hipótese de o Ministério da Previdência vir a "subordinar-se" ao Ministério da Saúde. Ele concorda com a necessidade de redefinição do papel de certos órgãos do Governo, "no momento oportuno, mas não como instrumento de vingança nem ao sabor das conveniências partidárias".

Implicações políticas

Outro peemedebista — o pernambucano Osvaldo Lima Filho — a exemplo do líder Fernando Henrique Cardoso, associa a questão do reajustamento no Ministério à definição do sistema de governo. Com o parlamentarismo, observa, o Congresso terá maior peso nessa redefinição de papéis, podendo alterar modificações que eventualmente venham a ser feitas, de imediato, pelo presidente Sarney.



Líder do PFL cobra "gesto concreto" que mostre sua disposição para mudanças

Lourenço vê farsa nas adesões peemedebistas

O líder do PFL na Câmara e na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), disse ontem que o documento de apoio ao presidente Sarney corre o risco de «deixar de ser realista e passar a ser uma grande mentira» caso todo o PMDB venha a assiná-lo. «Pelo que fiquei sabendo, até o Rui Bacelar (PMDB-BA) já assinou», comentou o líder acrescentando que isso é um indício de que a «grande mentira» se concretizará, pois Rui Bacelar é um político que «sempre atacou o Presidente da República».

Em contato telefônico, o líder pediu ao presidente José Sarney um «gesto concreto» que demonstre aos pefelistas sua disposição de fazer alterações no Governo, recebendo dele a garantia de que esse gesto virá. O Presidente da República pediu «calma» a Lourenço, quando este mais uma vez se queixou de ministros do PMDB, em especial o ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães. Segundo Lourenço, Sarney lhe garantiu que «tudo será resolvido».

Lourenço relatou ter dito ao Presidente na última sexta-feira que não podia ainda assinar o documento de apoio ao Governo, enumerando entre os motivos o fato de estar inclusive sendo processado por um ministro do próprio Governo (o ministro da Previdência, que o processa por calúnia). O deputado informou ontem que vai levar a Sarney mais uma denúncia contra o ministro: a assinatura de um convênio de publicidade no valor de Cz\$ 300 milhões, com a empresa SGB, do Rio de Janeiro, datado do dia seis deste mês.

Um passo

Apesar de considerar que o pronunciamento do presidente José Sarney pelo rádio e TV, em que há vários pontos coincidentes com reivindicações do PFL, já se constitui num «primeiro passo» pela reaproximação, Lourenço disse que a fala «tem que ser secundada por atos, o mais rápido possível». O Presidente não lhe deu, no entanto, nenhum prazo para as reformas.

Mesmo não tendo assinado o documento de apoio a Sarney, Lourenço disse que está liberando os pefelistas para assinar, negando que a Comissão Executiva do seu partido tenha feito qualquer recomendação em contrário, como garantiu o líder no Senado, Carlos Chiarelli (RS). Ele deu a entender, de qualquer modo, que já começa a duvidar da eficácia do documento com a assinatura de Rui Bacelar, enfatizando em seguida: «Todos sabemos que o apoio do PFL ao Presidente sempre foi sincero, mas o mesmo não ocorre com o PMDB».

Mentira

«Se todo o PMDB assinar, o documento se torna inócuo. Deixaremos de ter um apoio realista» — comentou — «para voltar à situação que sempre existiu. Seria a grande mentira. Aliás, será, a julgar pelas assinaturas de que já tenho notícia». Lourenço negou-se, no entanto, a reconhecer como correta a postura de segmento de seu partido que estaria encarando como impossível uma nova convivência com o PMDB. Segundo ele, o impossível é conviver de novo «com alguns membros daquele partido».

Igreja prega novo pacto, com eleições

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) também acredita que a única saída para o atual quadro brasileiro está na formação de novo pacto político. Mas, diferentemente do pacto proposto pelo presidente Sarney, este se fundaria, entre outros, nos compromissos de convocação de eleições, em todos os níveis, logo depois de promulgada a nova Constituição e na realização de referendo popular sobre as questões mais fundamentais e controvertidas da Constituinte. A posição da Igreja consta da nota divulgada pelo departamento de imprensa da CNBB, na qual se critica a posição assumida pelo Palácio do Planalto contra o sistema parlamentar de governo.

«O Executivo» — diz a nota — «tem tudo o que pode, e não o que deve, nessa questão que encara como vital. Seu comportamento desesperado mostra a todos os vários lados dessa demanda. O mais preocupante, certamente, é a figura da transição. Um executivo deslocado das instituições e dos partidos isola-se num programa próprio de mera sustentação de grupos que disputam entre si o poder, num afastamento dos objetivos da transição e num golpe contra a democracia».

Prosseguindo, a nota diz que «o Executivo dá uma demonstração de desrespeito à Constituinte ao proclamar que, se aprovado o sistema parlamentar de governo, irá ao Supremo Tribunal Federal para contestar o direito de a Assembléia Nacional dispor sobre essa matéria». A CNBB está certa, porém, de que, se isso ocorrer, «o STF não se distanciará da vontade popular».

O deputado Ulysses Guimarães, como presidente da Câmara, poderá não assumir interinamente a Presidência da República, durante a visita do presidente José Sarney à Venezuela, a partir de quinta-feira, se antes da viagem, o Planalto anunciar reformas na estrutura do Governo, com extinção e fusão de pastas ministeriais.

O argumento de Ulysses é que, tendo solicitado apoio do partido ao novo pacto político, denominado «Desenvolvimento e Democracia», o Presidente deve aguardar pronunciamento do PMDB antes de promover reforma na estrutura do Governo, que iria implicar no afastamento e indicação de novos ministros.

A cúpula do PMDB, no entanto, tem informações de que o Presidente resolveu não anunciar amanhã as alterações a serem introduzidas em seu ministério, o que deverá acontecer somente após seu retorno da viagem à Venezuela. Com isso, o PMDB aprovará amanhã, na reunião de sua comissão executiva nacional, pelo voto da maioria, o apoio do partido ao programa mínimo de Governo divulgado no último dia sete por Sarney em cadeia de rádio e televisão.

Ulysses Guimarães, se anunciada agora a reforma administrativa, poderia declarar-se impedido de assumir a Presidência. Ou, então, deslocar-se para um país vizinho — Uruguai ou Argentina — para não assumir o governo. O presidente do Senado, Humberto Lucena, solidário com o presidente da Câmara e com o PMDB, teria a mesma reação, deixando de assumir como o substituto imediato na linha hierárquica.

Neste caso, a Presidência da República seria exercida interinamente, mais uma vez, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer, de quinta-feira a sábado.

Trocas

Com o apoio da direção do PMDB a Sarney — embora o pronunciamento presidencial implique, em tese, na devolução ao Presidente de todos os cargos no ministério —, o partido admite a troca de alguns dos atuais ministros peemedebistas, mas sem perder o comando ministerial.

Mas, segundo as avaliações do PMDB, o número de peemedebistas que se opõem a Sarney não se reduzirá substancialmente. O Movimento de Unidade Progressista (MUP), do partido, continuará em oposição ao Governo, juntamente com o grupo de constituintes peemedebistas ligados aos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso e aos deputados Euclides Scalco e Pimenta da Veiga. Assim, deverão apoiar o programa de Sarney cerca de 200 dos 306 peemedebistas.

Em face do pronunciamento presidencial da semana passada, o Palácio do Planalto — de acordo com as expectativas dos constituintes do PMDB — deveria deflagrar a reforma do ministério

imediatamente, fazendo-o com base nas adesões individuais obtidas por Sarney.

Depois de sua fala à Nação, porém, o governo Sarney retraiu-se. O número de adesões condicionais ao Presidente ficou aquém do previsto. De outra parte, irritado porque a reforma do ministério se efetuará às custas da divisão do PMDB, Ulysses Guimarães fez ver ao Presidente da República sua inconformidade com a manobra divisionista. Sarney concordou em adiar a reforma e a rediscutir seus termos com o dirigente peemedebista. Por isso, fortalecido no episódio, Ulysses obteve de seus companheiros da executiva do PMDB a adesão ao programa mínimo de Sarney.

Paralelamente ao fortalecimento de Ulysses, os pefelistas acusavam o enfraquecimento da posição política do presidente do PFL, senador Marco Maciel, junto ao Governo. O comando do PFL, nas articulações reformistas do ministério, estaria agora em mãos do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Segundo alguns pefelistas, Sarney estaria muito aborrecido com seu antigo companheiro de PDS.

De qualquer forma, em consequência desses fatos, a dissidência antigovernista do PFL ganharia novas adesões, sobretudo entre os amigos de Maciel.

Como reconhecia o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), «pensaram em nos dividir (o PMDB), mas quem se dividiu com o rompimento da Aliança foi o PFL».

Complicadores

Entre os adversários de Sarney no PMDB admitia-se, contudo, que o Presidente da República, tendo anunciado medidas que não adotou, «difícilmente se sairia bem dos últimos acontecimentos políticos».

Mesmo no tocante aos dois principais objetivos do Presidente — a manutenção do mandato presidencial de cinco anos e a preservação do presidencialismo — o Governo estava agora em sérias dificuldades para atingi-los.

Muitos peemedebistas estavam irritados com a participação do consultor-geral da República, Saulo Ramos, em programa de televisão. Ramos recordou o acordo da Aliança Democrática, para dizer que Sarney cumprira tudo o que ficara combinado entre o PFL e o PMDB, no plano político. Não mencionou, porém, o compromisso de se realizar, após o regime militar, um governo de transição, portanto de curta duração (no máximo quatro anos). Além disso, para irritação dos peemedebistas, Saulo sustentou que a Constituinte não pode reduzir o mandato de Sarney, «porque quem tira poderes de um presidente eleito pelo povo (?), tira poderes do povo». Também desagradou aos parlamentaristas da Constituinte, amigos de Sarney, o fato de Saulo considerar «perigosa a corrupção do Parlamento, no parlamentarismo», como se isso fosse irrelevante no presidencialismo.